



## **Programa Sementes do Semiárido: Alguns Aspectos, Reflexões e Resultados** *Project Semi-Arid Seeds: Some Aspects, Reflections and Results*

MARONHAS, Maitê Edite Sousa<sup>1</sup>; Barbosa, Antonio Gomes<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Articulação Semiárido Brasileiro - ASA, maite.edite@ap1mc.org.br; <sup>2</sup> barbosa@asabrazil.org.br

### **Eixo temático: Biodiversidade e Bens Comuns dos Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais**

**Resumo:** O Sementes do Semiárido iniciou em um contexto de intensificação do risco para as sementes crioulas devido à seca prolongada, a perda de sementes e a erosão genética. Foi concebido pela ASA, com referência em seus programas, P1+2 e P1MC, todos foram estruturados a partir da sistematização de experiências de agricultores e da sociedade civil. Durante quatro anos acumulou resultados, como a identificação de um grande volume de possíveis variedades de sementes crioulas e teve influência direta nas dinâmicas estaduais das redes de casas/bancos comunitários de sementes, bem como nas legislações, planos e programas estaduais de sementes, agroecologia e convivência com o Semiárido. Além disso, o programa aponta uma série de desafios para novos trabalhos com sementes crioulas, como a ameaça da contaminação dessas sementes por cultivares transgênicas e pesquisas que têm como o diálogo a conservação de sementes *ex situ* e *on farm*.

**Palavras-Chave:** agroecologia; sementes crioulas; conservação *on farm*; políticas públicas

**Keywords:** agroecology; creole seeds; conservation *on farm*; public policy

### **Contexto**

O Semiárido brasileiro tem como características marcantes estiagens sazonais, com intensidade variável ao longo dos anos. De acordo com Marengo, Alves e Cunha (2016) estas estiagens, histórica e popularmente denominadas secas, tem se intensificado em decorrência das mudanças climáticas.

As secas têm como uma de suas consequências o comprometimento das safras agrícolas, portanto dos estoques de alimentos para os seres humanos e animais, o que coloca em risco também as sementes crioulas armazenadas. Associado a uma desvalorização do material genético crioulo pelas políticas públicas de distribuição de sementes, consequência da Revolução Verde na década de 60 e seus desdobramentos, o que levou também a uma desvalorização deste material pelos próprios agricultores camponeses. Um exemplo são as legislações que desconsideram as sementes crioulas enquanto material que apresenta qualidade de semente, como a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 alterada posteriormente pela Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que altera essa compreensão, retoma o status de semente das sementes crioulas, permitindo sua inserção nos programas públicos de compra e distribuição de sementes. Todo esse contexto configura



um cenário que compromete a conservação de sementes crioulas *on farm*, colocando em risco uma importante parcela da agrobiodiversidade existente no Brasil hoje. A partir desse cenário foi concebido o Programa Sementes do Semiárido.

A citada experiência vem sendo desenvolvida entre 2015 e 2019 em todo o Semiárido brasileiro, que inclui os estados de MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE e PI. Possui como principais objetivos o resgate, preservação, multiplicação, estoque de sementes crioulas, entendendo como crioulas aquelas sementes nativas ou adaptadas ao ambiente em que se encontram e sobre as quais os agricultores que as guardam detêm conhecimentos associados ao seu manejo, cultivo, estoque, preparação e consumo.

A execução do programa nestes quatro anos permitiu a retomada bem como o fortalecimento de uma discussão sobre sementes crioulas no Semiárido, com a qual foram identificadas registros de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs na década de 70 nos estados de Alagoas e Ceará e da Rede de Intercâmbios de Sementes – RIS<sup>1</sup> nos estados da Paraíba, Piauí, Pernambuco, Minas Gerais e Ceará na década de 90. Também permitiu estruturar redes estaduais de casas e bancos comunitários de sementes em todos os estados mencionados acima, iniciando ou fortalecendo dinâmicas estaduais em torno do tema das sementes crioulas e da agrobiodiversidade.

As casas e bancos comunitários de sementes têm um papel importante na conservação de variedades crioulas uma vez que são espaços de guarda comunitárias, sem riscos de atrasos no acesso às sementes, o que no Semiárido brasileiro, região de chuvas restritas no tempo e variáveis no espaço, é de suma importância para a prática da agricultura.

## **Descrição da Experiência**

O Programa Sementes do Semiárido compõe o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, iniciado com o Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC e posteriormente com o Programa Uma Terra e Duas Águas – P1+2. Sua lógica de organização se estrutura em componentes como seleção e cadastramento, capacitações, intercâmbios, estruturação, gestão e monitoramento, eventos de avaliação e comunicação sistematização. Na seleção e cadastramento são identificadas as comunidades e agricultores com perfil para envolvimento no programa. O Programa possui também participação ativa das Comissões Municipais, grupo compostos por organizações municipais que realizam o controle social dos diferentes programas citados.

---

<sup>1</sup> A RIS nos dias de hoje é ativa no estado do Ceará, porém na década de 90 foi ativa também na Paraíba, Piauí e em Pernambuco. Essa informação foi encontrada em boletins da RIS – CE nas edições de setembro de 1994 e setembro de 1995, escaneados e fornecidos pelo ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria. Sobre a participação do estado de Minas Gerais na RIS a informação foi fornecida pelo CAA NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.



As capacitações se destinam principalmente às agricultoras e agricultores envolvidos, mas também às equipes envolvidas na execução do programa. Para os agricultores são três capacitações, (i) Capacitação em Caracterização e Gestão Comunitária da Diversidade de Sementes, (ii) Capacitação em Gestão de Estoques nos Bancos Comunitários de Sementes e (iii) Capacitação Territorial sobre Seleção, Produção e Multiplicação de Sementes.

Os intercâmbios são momentos nos quais os sujeitos envolvidos visitam uma experiência em andamento sobre o tema, sua principal metodologia é a *campesino a campesino*, que favorece a troca de conhecimento entre agricultores de forma direta, fornecendo informações e conhecimento valiosos para aqueles que visitam, valorizando a experiência e o conhecimento construído por aqueles que recebem a visita.

A estruturação inclui a construção das casas e bancos, bem como a aquisição de equipamentos e mobiliário destas. Também inclui a compra de sementes para um abastecimento inicial das casas, aqui se encontra um dos itens centrais do programa, pois são adquiridas sementes crioulas, buscando fornecedores entre agricultores da região, o mais próximo possível a localidade em questão.

Gestão e monitoramento são os recursos de manutenção de pessoal e estrutura necessária para a execução e o monitoramento das atividades previstas no programa.

Os eventos de avaliação envolvem sujeitos que participaram do programa e outros que se façam pertinentes, criando um espaço de avaliação das atividades realizadas, bem como de discussão de temas transversais. Gestores públicos, legisladores e outros sujeitos da gestão governamental são convidados para este momento, se mostrando também um espaço de mobilização política territorial e/ou estadual sobre o tema.

Por fim a comunicação e sistematização na qual são produzidos materiais sobre experiências referência, estes materiais são de posse das famílias ou grupos que tem sua experiência sistematizada, estimulado uma maior difusão e conhecimento sobre elas.

## **Resultados**

O primeiro resultado é o redescobrimto de sementes crioulas guardados por décadas e gerações e de um conseqüente ressurgimento do debate sobre espécies e variedades adaptadas, tendo como um elemento característico o batismo das sementes crioulas nos estados, como sementes da partilha (PI), sementes da paixão (PB), sementes da vida (CE), sementes da tradição (RN), semente da liberdade (SE), sementes da gente (MG), demonstrando o apego à memória e afetivo a esses materiais e à história que carregam.

Foram identificadas, a partir do nome popular, uma grande variedade de milhos, feijões,



macaxeiras, jerimuns e outros. Mais de 700, 400 e 300, respectivamente. Considerando-se que os nomes populares não indicam variedades, porém indicam a existência e permanência daquele cultivar em um determinado ambiente, demonstrando sua adaptação e possível acrioulamento.

Dessa forma ainda que não se trate de variedades propriamente ditas, os números encontrados são um forte indicativo da grande agrobiodiversidade guardada e manejada pela agricultura camponesa e tradicional no Semiárido brasileiro. Foram instaladas em torno de 1.000 casas e bancos, aumentando a rede de casas e bancos comunitários de sementes, envolvendo 19.500 famílias diretamente, em torno de 78.000 pessoas.

No estado do CE pode-se afirmar a ocorrência de um fortalecimento da Rede de Intercâmbio de Sementes - RIS, que já era atuante em parte do estado quando o programa se iniciou, ampliando seu território, número de casas e pessoas envolvidas.

Foi constada a necessidade de campos coletivos de multiplicação de sementes para alimentar as casas e bancos instalados, iniciativa tomada por diversos territórios em muitos casos forma independente, em outros apoiadas por projetos, organizações e empresas de assistência técnica e extensão rural estaduais.

Aumento na oferta comercial de derivados de milho crioulos, livres de agrotóxicos e transgênicos, como, exemplo, os produtos do Polo da Borborema na PB, como mungunzá, xerém e farinha de milho.

O estado de AL realizou em 2018 uma venda de sementes crioulas para o governo estadual, tendo como base legal a lei de sementes de 2003. O estado de SE realizou uma compra de 45 toneladas de sementes crioulas pelo governo do estado.

Desde seu início o programa foi executado por 29 organizações, envolvendo mais de 260 técnicos, ampliando o conhecimento técnico sobre sementes crioulas, conservação de sementes *on farm* e contaminação por transgênicos.

Nesse período também ocorreu uma aproximação com as Embrapas Tabuleiros Costeiros, Semiárido e Meio Norte, fortalecendo pesquisas participativas com sementes crioulas e outros projetos conjuntos. Essa aproximação se configura um grande avanço, uma vez que a produção de conhecimento científico sobre sementes crioulas tem demonstrado resultados satisfatórios, como a qualidade adaptativa destas sementes ao ambiente.

Desde o início do programa alguns dos estados envolvidos aprovaram leis estaduais de sementes, considerando nestas as sementes crioulas, de forma complementar à Lei Federal Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003. Outros se encontram com projetos de lei em tramitação, como o CE com o projeto do Deputado Moisés Braz Bem como o estado da Bahia iniciou um programa que tem como referência o Programa Sementes do



Semiárido, chamado Projeto Pró Semiárido, com início em julho de 2019. Também vale ressaltar o Plano de Agroecologia do estado do SE que se encontra em discussão e o projeto de lei para a Convivência com o Semiárido em tramitação em MG. No início deste ano o PAA Sementes foi acessado pelo estado do RN em um valor aproximado de R\$500.000 para a aquisição de sementes crioulas. O estado de MG também acessou o PAA Sementes nesse período.

## **Agradecimentos**

À todas as agricultoras e agricultores envolvidos, às organizações da sociedade civil que se envolveram no desafio de executar um programa inovador tanto no conteúdo quanto em seu formato. À ASA por se desafiar a construir programas novos e ancorados nas experiências camponesas. Ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, atual Ministério da Cidadania, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDS, enquanto os primeiros financiadores. E à Fundação Banco do Brasil - FBB, atual financiadora do programa. Todas as pessoas envolvidas na ação estavam cientes de sua participação e cederam os dados aqui informados.

## **Referências bibliográficas**

BRASIL. Decreto n. 9.456, de 25 de abr. de 1997. **Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências**, Brasília, DF, abr. 1997.

BRASIL. Decreto n. 10.711, de 5 de ago. de 2003. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências**, Brasília, DF, ago. 2003.

MARENGO, Jose A.; ALVES, Lincoln M.; CUNHA, Ana Paula Martins do Amaral. **A seca de 2012-15 no semiárido do NE do Brasil no contexto histórico**. Climanálise, São José dos Campos, v. 1, n. 3, p.49-54, nov. 2016.